

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: UM ESTUDO DE CASO

Larissa Pereira dos Santos
Bacharel em Ciências Contábeis
Especialista em Auditoria e Gestão Tributária – UFU
larissa_psantos@yahoo.com.br

Vidigal Fernandes Martins
Professor Adjunto Universidade Federal de Uberlândia - UFU
vidigal@ufu.br

Resumo

O trabalho em questão busca analisar como funciona e como poderia melhorar a sustentabilidade ambiental dentro do contexto hospitalar. Para isso foi realizado um estudo de caso em um hospital particular de Uberlândia. O estudo avaliou o Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA), que constitui o objetivo deste trabalho. O estudo foi dividido em três fases: primeiramente foi realizada a fundamentação teórica acerca da contabilidade e controladoria ambiental, tratamento e destinação dos resíduos hospitalares através dos métodos de incineração e autoclavagem. Na segunda fase, foram realizados questionários de acordo com a Lista de Verificação com 93 (noventa e três) questões divididas em critérios e sub-critérios. Já na terceira fase apresenta-se o plano resumido de gestão contábil ambiental e as conclusões do trabalho identificando as prioridades de atendimentos. Verificou-se que a contabilidade ambiental frente a este estudo é de suma importância para a gestão ambiental, porém, falta conscientização por parte dos gestores e investimentos em tecnologias ambientais para o processo produtivo e para o processo de gestão ambiental. Os resultados obtidos mostram que o hospital em análise preocupa-se com as questões socioambientais, obtendo um grau de sustentabilidade geral de 71% considerado adequado, mas há a necessidade de dirigir esforços para o processo de gestão ambiental podendo implicar em diminuição de custos, processos mais eficientes, redução no consumo de insumos, matéria prima, água, energia, melhoria no tratamento de resíduos e efluentes.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Sustentabilidade Hospitalar. Gestão Ambiental.

Abstract

The work in question is to analyze how it works and how it could improve the environmental sustainability within the hospital context. For this we conducted a case study in a private hospital in Uberlândia. The study evaluated the Environmental Management Accounting System (SICOGEA), which is the aim of this work. The study was divided into three phases: first was held on the theoretical foundation of accounting and controlling environmental treatment and disposal of hospital waste

through incineration and autoclaving methods. In the second phase, questionnaires were performed according to the Checklist with 93 (ninety-three) questions divided into criteria and sub-criteria. In the third phase presents the plan summarized environmental management accounting and conclusions of the work identifying priorities of care. It was found that environmental accounting facing this study is of paramount importance for environmental management, but lack awareness of managers and investment in environmental technologies for the production process and the environmental management process. The results show that the hospital in question is concerned with environmental issues, obtaining a degree of overall sustainability of 71% considered adequate, but there is the need to direct efforts towards environmental management process and may result in cost reduction, process more efficient, reducing the consumption of raw materials, raw materials, water, energy, improved handling of waste and effluents.

Keywords: Environmental Accounting. Sustainability Hospital. Environmental Management.

1. Introdução

A questão da responsabilidade social apresenta-se como uma tendência quanto a conscientização das ações de preservação dos recursos naturais. Pois, faz-se necessário a exploração desses recursos para que possamos ter moradia, transporte, comunicação, alimentação e qualidade de vida.

No entanto, a ideia de inesgotabilidade dos recursos naturais deve ser revista, sendo atribuída a este um valor econômico no intuito de beneficiar toda a população.

Neste sentido acirrou-se o debate político, econômico e social sobre as medidas necessárias para reversão do cenário de escassez dos recursos naturais. O investimento em ações e o desenvolvimento de questões de responsabilidade social e ambiental pelas empresas tem visado a melhoria da qualidade de vida da população, além de contribuir para uma boa imagem da empresa no mercado nacional e mundial.

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade dos negócios, e neste contexto está inserida a contabilidade ambiental, que é uma poderosa ferramenta para que as empresas conciliem os processos produtivos com a questão ambiental, ou seja, a constituição do processo de gestão ambiental das empresas.

Partindo deste princípio adotamos para este estudo o método do Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA), para identificar setores da empresa que possam estar causando algum impacto ambiental e possibilitar identificar o ponto de partida para o plano de gestão ambiental.

O objetivo deste artigo é provocar uma reflexão acerca da sustentabilidade inserida num ambiente específico, o ambiente hospitalar, proporcionando um contexto propício para a análise da sustentabilidade no contexto empresarial.

Para tanto, entende-se como pertinente a essa pesquisa a adoção de um ponto central a seguinte pergunta: Qual a sustentabilidade do Hospital e Maternidade Santa Clara de Uberlândia – MG? Ressalta-se que a empresa em questão tem várias práticas de responsabilidade social e projetos de gestão ambiental e apresenta interesse em analisá-los e colocá-los em prática. O problema é: Até que ponto uma empresa tem interesse em investir em sustentabilidade sem afetar seus recursos econômicos?

2. Referencial Teórico

2.1. Contabilidade Ambiental

As questões ambientais são cada dia mais presente no nosso dia a dia, e isso faz com que os contadores, empresários e a sociedade tratem a contabilidade ambiental nos sistemas de gestão e controle contábil (YIN, 2005).

Os problemas ambientais tornaram-se, nos últimos tempos, tema de grande preocupação e discussão na sociedade, tendo em vista os acontecimentos climáticos que vêm ocorrendo devido ao desequilíbrio ecológico e ambiental (YIN, 2005).

Pensando nisso, em 1992, foi realizado no Rio de Janeiro a ECO 92 ou United Nations Conference on Environment and Development (Unced), que estabeleceu entre os países participantes um comprometimento maior com o meio ambiente. O documento produzido, conhecido como agenda 21, é composto de 4

partes e 40 capítulos divididos por temas, sendo ainda usado como base nas leis e planos de governos ao redor do mundo em favor do meio ambiente. Logo após a ECO 92, no ano de 1997, no Japão, os países assinaram o Protocolo de Quioto, através do qual foram estabelecidas metas para redução de emissão de gases poluentes, mas ele esbarrou nas necessidades dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, devido aos altos custos, e também na necessidade de mudança na cultura de desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2009).

Assim, hoje, governo, associações e grandes empresas investem em campanhas para a preservação da natureza. A contabilidade, sendo uma ciência que permite, através de suas técnicas de auditoria, lançamentos, registros e análises, manter um controle permanente do patrimônio das empresas, vem comprometendo-se em assumir responsabilidades concernentes a tratar de assuntos ambientais, já que este também faz parte do patrimônio empresarial (FERREIRA, 2009).

Para Marion e Ludícibus (2000, p. 53):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

A partir deste contexto, pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação (TINOCO, 2008).

Na avaliação de Martins e De Luca (1994, p.25):

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas

físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

2.2. Responsabilidade Social

O cotidiano da humanidade mais do que nunca está constituído por organizações, que representam um esforço coletivo para se atingir determinados fins. As organizações são parte integrante da sociedade. Pode-se citar, dentre tantas: os hospitais, teatros, escolas, igrejas, universidades, prefeituras, clubes, empresas (GALLON; NUNES, 2007).

As empresas têm uma responsabilidade social importante, devendo funcionar como promotores do desenvolvimento sustentável das sociedades onde se integram. Esta responsabilidade deverá integrar preocupações sociais a nível pessoal e comunitário. Assumindo sua responsabilidade social, as empresas desenvolvem diversos programas, dentre eles: relações com os empregados, serviço ao público e à comunidade, proteção ambiental, defesa do consumidor, assistência médica e educacional, desenvolvimento e renovação urbana, cultura, arte e recreação (GALLON; NUNES, 2007).

A responsabilidade social é uma forma de estabelecer de maneira obsessiva uma transformação no modo das empresas conduzirem seus negócios. No Brasil, essa transformação se deve ao fato dos problemas estruturais como fome, violência, doenças, carência de educação formal, poluição e escassez dos recursos naturais (PAIVA, 2006).

Existem diversos fatores que originaram o conceito de responsabilidade social dentro do contexto da globalização e das mudanças nas indústrias. Cada vez mais novas preocupações foram surgindo e expectativas foram aumentando em busca de soluções que pudessem mudar a qualidade de vida de todos.

A responsabilidade social na empresa abrange muito mais do que doações, institui-se por ações que garantem as necessidades sociais. Além do lucro abrande a satisfação dos clientes, o respeito aos padrões éticos, o cumprimento dos direitos trabalhistas, os cuidados com o meio ambiente e o bem estar social (PAIVA, 2006).

De acordo com a NBR 14001 da ABNT, responsabilidade social é a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável (YIN, 2005).

A partir do momento que a responsabilidade social começou a fazer parte da organização, iniciou-se também a mudança de mentalidade nas empresas no Brasil e no mundo, a grande preocupação com o desenvolvimento de novas estratégias e práticas corporativas visando a qualidade de vida da sociedade, refletindo diretamente em seus lucros (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2009).

2.3. Sistema Contábil e Gestão Ambiental

A gestão da qualidade nas empresas passa pela obrigatoriedade de implantação de sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais e pelo início de um novo ciclo onde a cultura para o sustentável seja o foco do desenvolvimento de ações e serviços prestados (PFISTER, 2004).

Assim, impõem-se às entidades atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduos, capacitação permanente dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, fomento ao trabalho em equipe e às ações criativas (PFISTER, 2004).

Diante disso, a contabilidade da gestão ambiental alinha-se, portanto, aos esforços da sustentabilidade, não somente econômica, mas, sobretudo humana. Dessa forma, analisa-se a utilização da contabilidade da gestão ambiental como facilitadora do uso e compartilhamento de informações contábeis, para a otimização da eficiência do uso dos recursos naturais, a fim de reduzir o impacto e o risco ambiental e os gastos na preservação ambiental (TINOCO, 2008).

A questão ambiental, pela sua relevância junto à sociedade moderna, tem de ser incorporada aos demonstrativos contábeis, pois seu impacto sobre os resultados empresariais ocorre a curto, médio e longo prazos (FERREIRA, 2009).

As inovações trazidas pela contabilidade da gestão ambiental estão associadas a pelo menos três temas: (1) definição de custos, despesas operacionais e passivos ambientais; (2) forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; (3) utilização intensiva de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais abrangentes, bem como o uso de indicadores de desempenho ambientais ecoindicadores padronizados no processo de fornecimento de informações ao público (FERREIRA; SIQUEIRA, FOMES, 2009).

Portanto, o gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico para análise da alta administração das organizações, incluindo uma série de atividades a serem consideradas, como: formular estratégias de administração para o meio ambiente; assegurar a conformidade com as leis ambientais; implementar programas de prevenção à poluição; gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente; adequar os produtos às especificações ecológicas; monitorar o programa ambiental da empresa de encontro ao conceito de excelência ambiental, como uma vantagem competitiva (KREMER, 2013).

2.4. O Hospital e a Responsabilidade Social

O objeto de estudo é um hospital que existe desde 1965, foi criado com o objetivo de prestar serviços de saúde. Atua na rede privada de saúde e o atendimento abrange diversas especialidades. A média de atendimento emergencial é de 230 pacientes por dia, fornecendo uma excelente estrutura e complexo hospitalar.

Este hospital apresenta uma estrutura sólida frente ao mercado de Uberlândia e desenvolve a responsabilidade social através de projetos sociais junto aos colaboradores e comunidade local e regional.

Pode-se destacar o apoio e incentivo ao projeto social Música Coral Performance que abrange cerca de 280 crianças diretamente de 6 a 14 anos de idade com Coral infantil Clara Voz, a criação de um espaço denominado Espaço Saúde, localizado em parque ecológico de Uberlândia, onde são realizados

atendimentos á comunidade de pessoas que praticam atividades físicas no parque, com o apoio de nutricionistas, médicos e enfermeiros. Além disso, também são desenvolvidas, parcerias com empresas de teatro para exibição de peças para funcionários. Possui disponibilidade de nutricionistas para os colaboradores, proporcionando melhora na qualidade de vida.

São realizadas campanhas de arrecadação de materiais escolares junto aos colaboradores para doação as crianças carentes e também campanhas de arrecadação de brinquedos. São desenvolvidos projetos e parcerias de inclusão social através do programa jovem aprendiz empreendedor, possibilitando a integração de jovens com necessidades especiais ao mercado de trabalho.

O hospital em estudo demonstra interesse na qualidade de vida e segurança dos pacientes e da comunidade hospitalar e em 2011 foi o primeiro hospital geral de Uberlândia a conseguir o certificado de Acreditação nível 2 fornecido pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), que avalia a qualidade, o nível de segurança dos pacientes e dos colaboradores e também a gestão integrada.

A sustentabilidade hospitalar foi mensurada através do sistema SICOGEA, sendo utilizada a aplicação da Lista de Verificação. Através desta lista, aplicada na empresa, foram obtidas respostas e com base nelas é calculado o índice de sustentabilidade da empresa de acordo com a metodologia da pesquisa.

3. Metodologia

3.1. Método e tipo de estudo

Os procedimentos técnicos usados são bibliográfico (exploratório) e estudo de caso, pois a primeira, segundo Gil (2002), é feita a partir de dados já pesquisados e estudados que, em sua grande parte, compõe-se de livros e artigos científicos, já a segunda, conforme o mesmo autor é feita a partir de dados seguros, que permitirão ao pesquisador reaproveitar o material elaborado, que ainda não sofreu tratamento analítico. A partir da observação e estudo de referências e documentos é possível

avaliar a importância da gestão de qualidade em uma empresa de prestação de serviços.

Cervo e Bervian (1996, p. 48) afirmam que: a pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador faz contato direto com tudo o que foi publicado, dito, filmado ou de alguma outra forma registrado sobre determinado tema, inclusive, por meio de conferências seguidas de debates.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é a pesquisa preferida quando predominam questões dos tipos “como?” e “por quê?”, ou quando o pesquisador detém pouco controle sobre os eventos e ainda quando o foco se concentra em fenômenos da vida real.

Yin (2001) afirma também que o estudo de caso é um modo de pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos em seu ambiente real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos; quando há mais variáveis de interesse do que pontos de dados; quando se baseia em várias fontes de evidências; e quando há proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados.

3.2. Técnica de Coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio de questionário (Anexo 1) que conforme Malhotra, et. al (2005), o questionário é um conjunto formalizado de perguntas para obter informações do entrevistado. Ele tem três objetivos específicos. Em primeiro lugar, deve traduzir a informação desejada em um conjunto de perguntas específicas que o entrevistado esteja disposto a responder e tenha condições de fazê-lo. Embora isso possa parecer simples, as perguntas podem apresentar respostas diferentes e não previstas.

Em segundo lugar, ele tem de ser elaborado de maneira a minimizar as exigências impostas ao entrevistado. O questionário deve motivá-lo a participar de

toda a entrevista, sem tendencionalidade nas respostas. As entrevistas incompletas têm utilidade limitada, se usadas.

Em terceiro lugar, um questionário deve minimizar os erros nas respostas. Os erros podem surgir quando o entrevistado dá respostas imprecisas ou quando elas são registradas ou analisadas incorretamente.

3.3. Amostra

O hospital escolhido para a realização da entrevista foi o Hospital e Maternidade Santa Calara Ltda., Pois o mesmo tem interesse em analisar e investir em sustentabilidade e responsabilidade social.

Para que se possa mensurar a sustentabilidade foi proposto neste estudo o método SICOGEA (Sistema Contábil de Gestão Ambiental), composto por questões e entrevistas semiestruturada 93 questões voltadas para hospitais, dividida em critérios e sub-critérios, que se estruturam da seguinte forma: Critério (1): Fornecedores; Critério (2): Ecoeficiência do processo hospitalar, subdivido em dois sub-critérios: (a) incineração de resíduos e (b) autoclavagem; Critério (3): Tratamento com pacientes; Critério (4): Indicadores Gerenciais; Critério (5): Recursos Humanos na Organização; Critério (6): Indicadores Contábeis, com três sub-critérios: (a) indicadores ambientais de bens; (b) indicadores ambientais de contas de resultados e (c) indicadores de demonstração ambiental específica.

A terceira e última fase apresenta-se como análise dos resultados com uma proposta de Plano Resumido de Gestão Ambiental, 5W2H: What (o quê?); Why (por quê?); When (quando?); Where (onde?); Who (quem?); How (como?); e How much (quanto custa?). Este plano faz parte do método GAIA, resultado do teste de doutorado do professor Alexandre Lerípio, adaptado ao SICOGEA.

4. Referencial Teórico

4.1. Contabilidade Ambiental

As questões ambientais são cada dia mais presente no nosso dia a dia, e isso faz com que os contadores, empresários e a sociedade tratem a contabilidade ambiental nos sistemas de gestão e controle contábil (YIN, 2005).

Os problemas ambientais tornaram-se, nos últimos tempos, tema de grande preocupação e discussão na sociedade, tendo em vista os acontecimentos climáticos que vêm ocorrendo devido ao desequilíbrio ecológico e ambiental (YIN, 2005).

Pensando nisso, em 1992, foi realizado no Rio de Janeiro a ECO 92 ou United Nations Conference on Environment and Development (Unced), que estabeleceu entre os países participantes um comprometimento maior com o meio ambiente. O documento produzido, conhecido como agenda 21, é composto de 4 partes e 40 capítulos divididos por temas, sendo ainda usado como base nas leis e planos de governos ao redor do mundo em favor do meio ambiente. Logo após a ECO 92, no ano de 1997, no Japão, os países assinaram o Protocolo de Quioto, através do qual foram estabelecidas metas para redução de emissão de gases poluentes, mas ele esbarrou nas necessidades dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, devido aos altos custos, e também na necessidade de mudança na cultura de desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2009).

Assim, hoje, governo, associações e grandes empresas investem em campanhas para a preservação da natureza. A contabilidade, sendo uma ciência que permite, através de suas técnicas de auditoria, lançamentos, registros e análises, manter um controle permanente do patrimônio das empresas, vem comprometendo-se em assumir responsabilidades concernentes a tratar de assuntos ambientais, já que este também faz parte do patrimônio empresarial (FERREIRA, 2009).

Para Marion e Ludícibus (2000, p. 53):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

A partir deste contexto, pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação (TINOCO, 2008).

Na avaliação de Martins e De Luca (1994, p.25):

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

4.2. Responsabilidade Social

O cotidiano da humanidade mais do que nunca está constituído por organizações, que representam um esforço coletivo para se atingir determinados fins. As organizações são parte integrante da sociedade. Pode-se citar, dentre tantas: os hospitais, teatros, escolas, igrejas, universidades, prefeituras, clubes, empresas (GALLON; NUNES, 2007).

As empresas têm uma responsabilidade social importante, devendo funcionar como promotores do desenvolvimento sustentável das sociedades onde se integram. Esta responsabilidade deverá integrar preocupações sociais a nível pessoal e comunitário. Assumindo sua responsabilidade social, as empresas desenvolvem diversos programas, dentre eles: relações com os empregados, serviço ao público e à comunidade, proteção ambiental, defesa do consumidor, assistência médica e educacional, desenvolvimento e renovação urbana, cultura, arte e recreação (GALLON; NUNES, 2007).

A responsabilidade social é uma forma de estabelecer de maneira obsessiva uma transformação no modo das empresas conduzirem seus negócios. No Brasil,

essa transformação se deve ao fato dos problemas estruturais como fome, violência, doenças, carência de educação formal, poluição e escassez dos recursos naturais (PAIVA, 2006).

Existem diversos fatores que originaram o conceito de responsabilidade social dentro do contexto da globalização e das mudanças nas indústrias. Cada vez mais novas preocupações foram surgindo e expectativas foram aumentando em busca de soluções que pudessem mudar a qualidade de vida de todos.

A responsabilidade social na empresa abrange muito mais do que doações, institui-se por ações que garantem as necessidades sociais. Além do lucro abrange a satisfação dos clientes, o respeito aos padrões éticos, o cumprimento dos direitos trabalhistas, os cuidados com o meio ambiente e o bem estar social (PAIVA, 2006).

De acordo com a NBR 14001 da ABNT, responsabilidade social é a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável (YIN, 2005).

A partir do momento que a responsabilidade social começou a fazer parte da organização, iniciou-se também a mudança de mentalidade nas empresas no Brasil e no mundo, a grande preocupação com o desenvolvimento de novas estratégias e práticas corporativas visando a qualidade de vida da sociedade, refletindo diretamente em seus lucros (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2009).

4.3. Sistema Contábil e Gestão Ambiental

A gestão da qualidade nas empresas passa pela obrigatoriedade de implantação de sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais e pelo início de um novo ciclo onde a cultura para o sustentável seja o foco do desenvolvimento de ações e serviços prestados (PFISTER, 2004).

Assim, impõem-se às entidades atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduos, capacitação permanente dos quadros

profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, fomento ao trabalho em equipe e às ações criativas (PFISTER, 2004).

Diante disso, a contabilidade da gestão ambiental alinha-se, portanto, aos esforços da sustentabilidade, não somente econômica, mas, sobretudo humana. Dessa forma, analisa-se a utilização da contabilidade da gestão ambiental como facilitadora do uso e compartilhamento de informações contábeis, para a otimização da eficiência do uso dos recursos naturais, a fim de reduzir o impacto e o risco ambiental e os gastos na preservação ambiental (TINOCO, 2008).

A questão ambiental, pela sua relevância junto à sociedade moderna, tem de ser incorporada aos demonstrativos contábeis, pois seu impacto sobre os resultados empresariais ocorre a curto, médio e longo prazos (FERREIRA, 2009).

As inovações trazidas pela contabilidade da gestão ambiental estão associadas a pelo menos três temas: (1) definição de custos, despesas operacionais e passivos ambientais; (2) forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; (3) utilização intensiva de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais abrangentes, bem como o uso de indicadores de desempenho ambientais ecoindicadores padronizados no processo de fornecimento de informações ao público (FERREIRA; SIQUEIRA, FOMES, 2009).

Portanto, o gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico para análise da alta administração das organizações, incluindo uma série de atividades a serem consideradas, como: formular estratégias de administração para o meio ambiente; assegurar a conformidade com as leis ambientais; implementar programas de prevenção à poluição; gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente; adequar os produtos às especificações ecológicas; monitorar o programa ambiental da empresa de encontro ao conceito de excelência ambiental, como uma vantagem competitiva (KREMER, 2013).

4.4. O Hospital e a Responsabilidade Social

O objeto de estudo é um hospital que existe desde 1965, foi criado com o objetivo de prestar serviços de saúde. Atua na rede privada de saúde e o atendimento abrange diversas especialidades. A média de atendimento emergencial é de 230 pacientes por dia, fornecendo uma excelente estrutura e complexo hospitalar.

Este hospital apresenta uma estrutura sólida frente ao mercado de Uberlândia e desenvolve a responsabilidade social através de projetos sociais junto aos colaboradores e comunidade local e regional.

Pode-se destacar o apoio e incentivo ao projeto social Música Coral Performance que abrange cerca de 280 crianças diretamente de 6 a 14 anos de idade com Coral infantil Clara Voz, a criação de um espaço denominado Espaço Saúde, localizado em parque ecológico de Uberlândia, onde são realizados atendimentos à comunidade de pessoas que praticam atividades físicas no parque, com o apoio de nutricionistas, médicos e enfermeiros. Além disso, também são desenvolvidas, parcerias com empresas de teatro para exibição de peças para funcionários. Possui disponibilidade de nutricionistas para os colaboradores, proporcionando melhora na qualidade de vida.

São realizadas campanhas de arrecadação de materiais escolares junto aos colaboradores para doação as crianças carentes e também campanhas de arrecadação de brinquedos. São desenvolvidos projetos e parcerias de inclusão social através do programa jovem aprendiz empreendedor, possibilitando a integração de jovens com necessidades especiais ao mercado de trabalho.

O hospital em estudo demonstra interesse na qualidade de vida e segurança dos pacientes e da comunidade hospitalar e em 2011 foi o primeiro hospital geral de Uberlândia a conseguir o certificado de Acreditação nível 2 fornecido pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), que avalia a qualidade, o nível de segurança dos pacientes e dos colaboradores e também a gestão integrada.

A sustentabilidade hospitalar foi mensurada através do sistema SICOGEA, sendo utilizada a aplicação da Lista de Verificação. Através desta lista, aplicada na

empresa, foram obtidas respostas e com base nelas é calculado o índice de sustentabilidade da empresa de acordo com a metodologia da pesquisa.

5. Resultados e discussão

A sustentabilidade da entidade foi obtida através da aplicação da Lista de Verificação através do método SICOGEA. O desempenho foi avaliado pelo sistema de medição: Controle, Incentivo, Planejamento, Estratégias Competitivas, Resolução e Missão. Apresenta-se ao final um plano resumido de gestão ambiental.

Para se avaliar as respostas obtidas nas questões foram atribuídas as letras: A – ADEQUADA: significa boa prática; D – DEFICITÁRIA: significa problemas ou necessidades de melhorias; NA – NÃO ATENDE: significa que se aplica à instituição.

Para a obtenção da sustentabilidade utilizaram-se as respostas do questionário aplicadas à fórmula de sustentabilidade: total de quadros “A” X 100 no numerador dividido pelo total de questões, menos o total de quadros “NA” no denominador. Tem-se, assim, o grau alcançado pela instituição nos critérios e sub-critérios.

Após o cálculo da sustentabilidade, é avaliado o grau de desempenho realizado para cada critério. Identifica-se o nível dentro de três parâmetros, que servem como referencial de classificação: “Deficitária” (inferior a 50%); “Regular” (entre 51% e 70%) ou “Adequada” (de 71% a 100%).

A Lista de Verificação é estruturada com questionamentos que utilizam critérios e sub-critérios aplicados dentro da instituição por meio de entrevista semi-estruturada com responsáveis pelas áreas afins.

Analisaremos primeiro os fornecedores conforme o quadro 1:

Quadro 1 - Critério 1 - Fornecedores

CRITÉRIO	1	-	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
FORNECEDORES						
1.O processo hospitalar segue a			A			

legislação ambiental?				
2.Os fornecedores são monopolistas no mercado?		A		
3.Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?	D			Alguns se preocupam em solicitar documentos legais, como por exemplo, alvará de vigilância sanitária.
4.Para a extração, transporte, processamento, distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?		A		É realizada pelo próprio fornecedor.
5.Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

O questionário foi feito junto ao responsável pelo setor de compras e as respostas obtidas para este critério apontaram um grau de sustentabilidade de 80%, considerada “Adequada” dentro da forma de avaliação do método utilizado. Pode-se verificar que o processo hospitalar segue a legislação ambiental e que os fornecedores não monopolizam o mercado. Além disso, nota-se que alguns fornecedores se preocupam em atender á legislação de modo geral, mas não foi possível analisar se esses apresentam formas de preservação ambiental em suas atividades.

Outro critério analisado foi o tratamento dados aos resíduos hospitalares, como se pode ver o questionário do quadro 2.

Quadro 2 – Ecoeficiência do processo hospitalar

CRITÉRIO 2 – ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS				
6.A incineração é utilizada para o tratamento de todos os resíduos?		A		É utilizados somente para resíduos infectantes

7.A incineração é utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade?	A			Quando se aplica
8.É verificado se existe a destruição completa e segura nesse processo?	A			Este processo é terceirizado para empresa que realiza descarte corretamente
9.Este método possui alto custo?	A			
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?	A			
11.As escórias e cinzas resultantes do processo são dispostas em aterro sanitário próprio?	A			
12.Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?	D			
13.Os gases oriundos da queima são tratados e monitorados?	A			
14.O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?		A		São colocados em contêineres apropriados e enviados à empresa terceirizada
15.É realizada também a incineração á céu aberto?		A		A destinação dos resíduos são monitorados pelo hospital através de visitas periódicas de funcionários responsáveis pela segurança.
B) AUTOCLAVAGEM				
16.A instituição utiliza também esta forma de tratamento?	A			Realizado por empresa terceirizada
17.O lixo deve ser coletado em sacos plásticos, na cor branca leitosa, conforme especificação	A			Conforme RDC 306

da norma da ABNT, ou nos recipientes apropriados?				
18.Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja necessidade de abri-los?	A			Existem contêineres apropriados
19.O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?			NA	
20.O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?	A			
21.O lixo triturado, ensacado ou em contêiner é armazenado sobre base impermeabilizada com caimento para caixa de coleta, de modo a recolher o chorume?	A			Empresa terceirizada
22.Os líquidos que resultam da lavagem dos contêineres e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?			NA	
23.Os efluentes são tratados?	A			
24.É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?	A			
25.A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?	A			São realizadas visitas periódicas dos responsáveis técnicos
26. A instituição tem realizado visitas "in loco" sobre o tratamento dos resíduos hospitalares cm visitas periódicas?	A			
27.A instituição terceirizada parte do serviço há mais de cinco anos?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Para análise deste critério foi aplicado o questionário aos responsáveis pelo setor, onde observamos que o hospital utiliza-se para dar fim aos resíduos resultantes do processo hospitalar a incineração e a autoclavagem.

Os dois processos utilizados são realizados por empresa terceirizada especializada no tratamento e destinação dos resíduos. Estes serviços são averiguados em visitas periódicas pelo responsável técnico da área na empresa parceira, condicionando uma maior segurança a preservação do meio ambiente.

A empresa utiliza-se da incineração de lixos infectantes, apesar do alto custo deste processo. Além disso, o lixo hospitalar é colocado em contêineres apropriados e recolhidos pela empresa terceirizada.

Percebe-se que a empresa apresenta para análise do sub-critério a) incineração, o desempenho de 90%, portanto uma classificação “Adequada” ou seja, um ótimo grau de sustentabilidade. Para sub-critério b) apresenta desempenho e sustentabilidade de 81% considerado também “Adequado”, ou seja, os tratamentos e descarte de resíduos estão sendo feitos de modo estratégico a preservar e cuidar do meio ambiente.

O tratamento dado aos pacientes também deve ser considerado, pois esses fazem parte e necessitam de um ambiente sustentável. Para isso será analisado o critério 3 a seguir na Lista de verificação no quadro 3.

Quadro 3 – Critério 3 – Tratamento aos pacientes

CRITÉRIO 3 – TRATAMENTO AOS PACIENTES	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
28.Existe estrutura física adequada para o tratamento do paciente?	A			
29.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?	A			Há uma preocupação com a qualidade e segurança dos pacientes e dos funcionários
30.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a			NA	

valorização ambiental?				
31.Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?	A			
32.Existe separação por setores de pacientes com doenças contagiosas?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Este questionário foi respondido pelas pessoas responsáveis pelo setor de atendimento e pelo setor de recursos humanos do hospital. Verificou-se que o desempenho e a sustentabilidade atingiu 79% considerada “Adequada”. Observou-se que a estrutura física é adequada para atendimento aos pacientes, sendo que uma nova ala foi inaugurada recentemente, há também uma equipe de profissionais especializados envolvidos no atendimento aos pacientes.

Além disso, o hospital conseguiu o certificado de Acreditação nível 2, o que significa que este oferece qualidade, segurança ao paciente e ainda possui uma gestão integrada que possibilita uma maior agilidade e resolução de problemas rotineiros. Apenas um ponto fraco foi percebido, que não há conhecimento e valorização ao meio ambiente por parte dos pacientes.

O paciente, muitas vezes, desconhece o que se passa em um hospital, desconhecendo também a sua preocupação com o seu bem estar e com a qualidade de vida de todos que estão envolvidos neste ambiente. Por isso, os projetos e realizações voltadas para o bem estar da comunidade deveriam ser divulgados, para que, assim, a população apoiasse e investisse em tais projetos.

No aspecto de gestão foram analisados indicadores gerenciais no gráfico 4.

Gráfico 4 – Critério 4 – Indicadores Gerenciais

CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
33.a organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais, municipais, estaduais e federais?	A			
34.A organização é ré em		A		

alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?				
35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?		A		
36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?		A		
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?			NA	
38. A eficiência da utilização de insumos e matérias primas é relativamente observada?	A			
39. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizadas por processo hospitalar são crescentes?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Quanto a este critério as respostas foram obtidas junto ao responsável pelo setor de contabilidade do hospital. O grau de sustentabilidade ficou em 85% “Adequada”, já que a empresa não é ré em nenhum processo de cunho ambiental, não houve reclamações por parte dos vizinhos e a eficiência na utilização dos insumos é observada e segue as normas legais, apesar da quantidade de matéria prima e energia utilizadas serem crescentes.

Podemos contar que a instituição possui um setor de recursos humanos e será analisado de acordo com a Lista de Verificação conforme quadro 5.

Quadro 5 – Critério 5 – Recursos Humanos na organização

CRITÉRIO 5 – RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases de combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?			NA	

41.Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes em visitas periódicas?	A			Os gestores responsáveis por essa área têm conhecimento
42.Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?		A		
43.A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A			
44.O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	D			
45.a mão de obra empregada –é altamente especializada?	A			
46.Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?	A			Inovações tecnológicas estão sendo incorporadas ao processo hospitalar, como por exemplo o PEP – Prontuário Eletrônico com certificação digital.
47.A criatividade é dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?			NA	
48.Existe uma política de valorização do capital intelectual?			NA	
49.A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?	A			A instituição possui treinamento para destinação correta de resíduos e instruções de trabalho para o cuidado com a

				infecção hospitalar.
50.É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Para Este critério a respostas foram obtidas junto ao setor de Recursos Humanos do hospital e obteve um grau de sustentabilidade de 68% classificado como “Regular”, os colaboradores são voltados para inovações tecnológicas na área de tecnologia da informação, os processos se mostram integrados através de um sistema específico para o ramo hospitalar, além disso, está em fase de teste para a implantação do PEP que agrega segurança ao paciente.

Há também treinamentos para o descarte correto e seguro de resíduos e cuidados com a infecção hospitalar, e ainda programa de trainees voltados para a área de enfermagem, realizando-se assim, o acompanhamento após o curso se qualificação.

Cita-se como ponto fraco, que apenas os gestores diretamente ligados à área têm conhecimento da destinação de resíduos e tratamentos de efluentes.

Existe também uma preocupação com a mensuração do patrimônio e da sustentabilidade na área contábil, portanto, através da Lista de Verificação, será analisado o quadro 6.

Quadro 6 – Critério 6 – Indicadores Contábeis: indicadores de bens, direitos e obrigações

CRITÉRIO 6 – INDICADORES CONTÁBEIS	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES				
51.Sabe se a instituição utiliza balanço social?			NA	
52.Sabe se a instituição apresenta resultados ambientais em notas explicativas?			NA	
53.Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura do	A			

balanço social?				
54.Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura do balanço ambiental?	A			
55.Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de indicadores ambientais?			NA	
56.Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?			NA	
57.Sabe se a instituição possui títulos a receber?	A			
58.Sabe se a instituição possui outros créditos a receber?	A			
59.Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a longo prazo?			NA	
60.Sabe se a instituição possui títulos a receber a longo prazo?	A			
61.Sabe se a instituição possui outros créditos a receber a longo prazo?	A			
62.a instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?			NA	
63.a instituição possui demais elementos do ativo permanente?	A			
64.a instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?			NA	
65.a instituição possui passivos ambientais relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?		A		
66.A instituição possui multas e indenizações ambientais?		A		
67.a instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?		D		
68.A instituição possui passivos ambientais relativos a empréstimos e financiamentos		A		

de investimentos na gestão ambiental a longo prazo?				
69.A instituição possui multas e indenizações ambientais a longo prazo?		A		
70.A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?		A		

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Através deste critério pode-se obter as respostas dos questionários junto ao setor de contabilidade. Percebe-se que o grau de sustentabilidade obtido mostra-se em 56%, “Regular” e que mesmo a entidade não utilizando de balanço social e ambiental tem conhecimento sobre o assunto e é capaz de suprir suas próprias necessidades com seus ativos. A empresa não investe em desenvolvimento de tecnologia ambiental. Verifica-se portanto, um dos pontos a serem desenvolvidos.

Para as contas de resultado também foi aplicada a Lista de Verificação conforme segue quadro 7, critério 6-B.

Quadro 7 – Critérios 6-B – Indicadores contábeis: indicadores ambientais de contas de resultado

CRITÉRIO 6-B – INDICADORES CONTÁBEIS	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADO				
71.A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?			NA	
72.A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento e de órgãos governamentais e não governamentais)?			NA	
73.Os custos de produção são superiores às receitas?		A		
74.Os custos de produção atingem mais de 50% da receita?			NA	
75.Os custos de produção são		A		

inferiores a 50% das receitas?				
76.Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição e perda acelerada decorrente de bens à poluição?			NA	
77.O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?			NA	
78.O lucro bruto tem aumentado no último período?	A			
79.A empresa paga honorários de profissionais especializados?	A			
80.A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?	A			
81.A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como a infração à legislação ou direito de terceiros?		A		
82.A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens _a poluição?		A		

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Também para este critério as respostas foram obtidas com o responsável pelo setor de contabilidade. Comprova-se que o grau de sustentabilidade obtido foi de 60%, “Regular” ou seja, observa-se que a empresa cumpre com a legislação ambiental, paga todas as taxas e contribuições relacionadas à área ambiental, paga os fornecedores em dia e seu lucro tem aumentado com o passar dos períodos, mas não aufera receitas da valorização ambiental.

Para demonstrar a sustentabilidade para demonstração ambiental foi utilizada a Lista de Verificação conforme quadro 8 Critério 6-C.

Quadro 8 – Critério 6-C – Indicadores Contábeis: Indicadores de Demonstração Ambiental Específica

CRITÉRIO 6-C – INDICADORES CONTÁBEIS	SIM	NÃO	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
A) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA				
83.Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?	A			
84.Existe aquisição de imobilizados?	A			
85.A instituição paga insumos utilizados para a redução dos impactos ambientais?			NA	
86.A instituição possui custos relativos á adaptação à legislação?	D			
87.A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?		D		
88.A instituição possui redução de refugos?			NA	
89.A instituição possui economia de energia elétrica?		D		
90.A instituição possui economia em transportes?			NA	
91.A instituição possui economia de matérias primas?		D		
92.A instituição possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc.)?	A			
93.A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?	A			

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

Obteve-se a resposta das Listas de Verificação junto ao setor contábil. O grau de sustentabilidade atingiu 37% para este critério, ou seja, “Deficitário”. Analisa-se que a instituição possui estoque capazes de suprir a demanda, mas não utiliza-se de

insumos alternativos que propiciam a redução dos impactos ambientais e não há redução de energia elétrica e nem refugos.

Outra forma de verificar o andamento dos investimentos na área ambiental pode ser realizada através de auditoria, que irá demonstrar o esforço da instituição quanto às políticas utilizadas para conservação e melhoria do meio ambiente.

Quanto às propostas de melhorias das atividades, os resultados mostraram que novas ideias poderão agregar um benefício ao sistema.

Antes das propostas ou sugestões para futuras melhorias, fez-se um resumo dos resultados alcançados através do quadro 9.

Quadro 9 – Indicador Geral de Sustentabilidade

Indicador Geral de Sustentabilidade	71%	Adequado
CRITÉRIO 1 - FORNECEDORES	80%	Adequado
CRITÉRIO 2 – ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR		
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS	90%	Adequado
B) AUTOCLAVAGEM	81%	Adequado
CRITÉRIO 3 – TRATAMENTO AOS PACIENTES	79%	Adequado
CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS	85%	Adequado
CRITÉRIO 5 – RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	68%	Regular
CRITÉRIO 6 – INDICADORES CONTÁBEIS		
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES	56%	Regular
B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADO	60%	Regular
C) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA	37%	Deficitário

Fonte: Adaptação de Lerípio (2001, apud PFITSCHER)

O índice geral de sustentabilidade hospitalar atingido foi de 71%, dentro do critério de avaliação mostra-se “adequado”. De modo geral evidenciou-se um bom desempenho.

Os melhores resultados estão relacionados ao tratamento dos resíduos, demonstrando uma ecoeficiência no processo hospitalar de 90%. Além disso, o tratamento aos pacientes também dentro do critério analisado está adequado, apresentando um grau de sustentabilidade de 79%.

Deve-se considerar ainda o grau de sustentabilidade apresentado pelo critério de indicadores gerenciais de 85%.

5.1. Plano Resumido de Gestão ambiental

Após análise e reflexão sobre o estudo realizado no Hospital e Maternidade Santa Clara de Uberlândia – MG, traz-se ao final do trabalho, um plano resumido de gestão ambiental que compreende as metas e objetivos tidos como de primeira importância para a instituição, seguido de suas justificativas, atividades e a forma de trabalho.

O primeiro passo é identificar a prioridade de melhorias, de acordo com o menor índice de sustentabilidade. Entre os critérios, verificou-se que os indicadores contábeis obtiveram 56% para os indicadores de bens, direitos e obrigações; 60% para indicadores de contas de resultado e com os pior resultado 37% para indicadores da demonstração ambiental específica. Buscando melhorias nestes critérios, utiliza-se, para isso, a ferramenta 5W2H (What? Why? When? Where? Who? How e How much?). Este plano resumido não tem a pretensão de corrigir todos os problemas, mas propõe formas de melhorar desempenhos de diferentes áreas da instituição estudada, com vistas a maximizar o tratamento e as prioridades. Vejamos quadro 10.

Quadro 10 - Plano resumido de gestão ambiental com aporte da Contabilidade e Controladoria ambiental

What? O que?	Why? Por quê?	When ?	Quand o?	Where ?	Who? Quem	How Quando?	How Much?
				Onde?	?		Quant o?

		Início	Térmi no	Avali ação				
Cursos de qualificação	Implementar novos métodos de gestão com envolvimento da	Primeiro semestre	Um ano	A partir do segundo ano	Toda a instituição	Pesquisador e extensionistas	Preparo de palestras de curta duração e mini-cursos sobre o novo método	15.000
Indicadores Contábeis	Contabilidade e controladoria ambiental							
Melhoria dos controles internos	Implementar meios de melhorar o controle de todo o processo, da	Primeiro semestre	Um ano	A partir do segundo ano	Toda a instituição	Administrador da instituição	Acompanhamento de todo o processo hospitalar e gerenciamento dos recursos humanos e financeiros	9.000
Indicadores Gerenciais	administração até o atendimento hospitalar							

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.50)

Sugere-se, para a melhoria destes quesitos, a implementação de novos métodos de gestão com envolvimento da Contabilidade e Controladoria ambiental,

através de cursos de capacitação para preparo de pessoal, palestras de curta duração e mini-cursos sobre os novos métodos de controle, assim possibilitando maior acompanhamento de todo o processo hospitalar e do gerenciamento dos recursos humanos e financeiros. Abrangendo toda a instituição e realizando avaliações do processo de dois em dois anos, seria possível identificar os resultados das melhorias e os pontos que poderiam evoluir mais. Para esta ação, após análise os dados devem ser compartilhados com o objetivo de envolver e sensibilizar as partes interessadas no processo, de modo que haja uma reestruturação no setor identificado como deficitário a fim de melhorar sua colocação quanto às questões ambientais.

Os setores que apresentaram seus resultados como “Regulares” também precisam de melhorias, pois o ideal é estejam todos dentro da avaliação como “Adequada”, pois este é o objetivo da empresa.

6. Conclusão

O que se pode concluir é que um sistema de gestão ambiental que envolve as informações contábeis deveria considerar variáveis desde o planejamento estratégico até o entendimento do que é um impacto ambiental. Essa visão é corroborada por todos, partilhada por todos que pretendem ter um sistema contábil realmente útil para a empresa e que forneça ao mesmo tempo qualidade de vida e preservação dos recursos naturais.

Desenvolver um sistema dessa natureza significa integrá-lo à gestão da empresa, considerando toda a política e estratégia da mesma, sob o aspecto macro da questão e sob o aspecto micro, que são, respectivamente, a compreensão do impacto ambiental e de suas consequências para o patrimônio da entidade.

Esses impactos podem ser resumidos numa matriz, para, a partir daí, a empresa identificar quais as suas prioridades em termos de gestão e, conseqüentemente, em termos de informações que deveriam ser fornecidas pela contabilidade, como mostra neste estudo.

7. Referências

- FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: atlas, 2009.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia; GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GALLON, Alessandra V. NUNES, João. PFITSCHER, Elisete D. ALBERTON, Luiz. VIEIRA Eleonora M. F. **A gestão em hospital catarinense com o auxílio da Contabilidade e da Controladoria Ambiental**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 14. 2007. Bauru.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
(Cap. 4, p. 41-56).
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental**: um enfoque no desenvolvimento sustentável. Disponível em:
<http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des_sustentavel.doc>.
Acesso em: 05 de julho de 2013.
- PAIVA, Paulo R. de. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Preservação. São Paulo: Atlas, 2006.
- PFITSCHER, Elisete Dahmer, PFITSCHER, Paulo César. PETRY, Margarete Pfistcher. LIMONGI, Bernadete. **Avaliação do Gerenciamento dos Aspectos e Impactos Ambientais de um Hospital**. In: XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. ANPAD, Gramado, 2006.
- PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e contabilidade ambiental**: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f.
Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Altas, 2008.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.